

Quando o brasileiro descobrirá o Brasil?^{1 2}

Vera Lucia Harabagi Hanna³

Resumo

A expansão dos Estudos Lusófonos tem sido espacial e temática. A crescente fragmentação e especialização, inerentes aos objetos que examinam, pode ser justificada com propostas de adoção de uma visão polifônica que traduz a complexidade dos encontros e interações culturais e realça as perspectivas comparativas. O presente estudo visa apreender a gênese da identidade nacional tentando desvendar o sentido de ‘descolonização’ no Brasil (houve?) observada a partir dos escritos de João do Rio (1881 -1921). Ele é o *flâneur* que investiga a capital do país na *Belle Epoque Tropical* expondo em suas crônicas a cartografia urbana tal qual um etnógrafo moderno. Na tentativa de definir o significado da identidade brasileira o autor apresenta elementos para discussão em forma de comparações e singularidades na relação centro-periferia na Re-europeização do Brasil – seu desprezo pelo plágio brasileiro forma um paralelo com a busca de uma identidade autêntica em assuntos repetitivos como a fantasia da Civilização, a ‘sociedade da imitação’, o patriotismo (ou a falta de patriotismo).

Palavras-chave: descolonização; re-Europeização do Brasil; identidade nacional; João do Rio

Abstract

The expansion of the Lusophone Studies has been spatial and thematic. Its increasing fragmentation and specialization – inherent of the objects the area investigates – can be justified with the acceptance of a polyphonic vision which translates the complexity of the cultural interaction and enhances comparative perspectives. This study aims at capturing the genesis of the national identity in unveiling the significance of ‘decolonization’ in Brazil (whether it exists or not) observed in João do Rio’s (1881-1921) writings. He is the *flâneur* who examines Rio de Janeiro City throughout the so-called *Belle Epoque Tropical* portraying in his *crônicas* the urban cartography as a modern ethnographer. In his attempt to define the Brazilian identity, the author intro-

¹ O artigo configura uma versão revista da Conferência proferida na Universidade do Minho, a convite do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), em 6 de maio de 2010.

² Título de crônica publicada por João do Rio no Jornal Gazeta de Notícias, no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1908, e compilada no livro *Cinematógrafo: crônicas cariocas*, publicado em 1909.

³ Núcleo de Estudos Lusófonos, Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo; Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, verahanna@mackenzie.com.br

duces elements for discussion in comparisons and singularities of the center-periphery relationship in the Re-Europeanization of Brazil – his disdain towards Brazilians plagiarism parallels with his search for an authentic identity in recurring subjects such as the fantasy of Civilization, the ‘society of imitation’, (un)patriotism.

Key words: decolonization; Brazilian re-Europeanization; national identity; João do Rio.

Aqueles que estão envolvidos com os Estudos Lusófonos têm debatido a sua nomenclatura e ampliado discussões relativas a uma abordagem plural. Os participantes dessa interpenetração cultural, impulsionados pelas mesmas forças globalizantes – culturais, tecnológicas, econômicas e políticas – entrecruzam-se num mundo de fronteiras porosas em que idéias, pessoas e produtos partilham identidades e renovam a produção de novas práticas culturais. Damos início à nossa fala com as palavras de Moisés de Lemos Martins, “o espaço cultural da lusofonia não pode deixar de ser hoje senão um espaço plural e fragmentado, com uma memória igualmente plural e fragmentada” (2006: 57). A partir da ideia de memória plural e fragmentada, fazemos uma breve leitura sobre a singularidade da constituição da identidade brasileira dentro do espaço lusófono num período que poderia ser chamado de pós-colonial, mas que nossa peculiaridade nos faz adotar o termo re-Europeização.

Ao dirigirmos nosso olhar para o passado colonial, para o período de descolonização, e para o processo de transformação de identidades, somos guiados por estudos que se norteiam não pela cronologia, ‘depois do colonialismo’, ou ‘depois da independência’, pois falsamente estariam pondo um fim ao processo colonial, mas que direcionam seus interesses para os efeitos da colonização em sociedades e culturas, como anota Ashcroft, “o pós-colonialismo tem início a partir do exato momento do primeiro contato colonial” (1995:117). É importante notar que, no momento em que os países entram no processo de descolonização, a apropriação do discurso cultural imperial pode acontecer de duas maneiras: ou se acomodando em suas hipóteses universalistas — assumindo que sua própria cultura é pouco importante — ou o fazendo de um modo que admita que discursos artísticos e intelectuais são aspectos da cultura intimamente ligados ao tecido textual da sociedade (Ashcroft:1989).

Sob a perspectiva do discurso cultural pós-colonial, cuidamos de apresentar algumas considerações relativas às maneiras distintas de como as culturas são afetadas pelo período de colonização – no contexto dos países lusófonos significa uma análise de situações díspares num universo próximo de 250 milhões de pessoas pertencentes aos oito espaços de oficialidade da língua portuguesa, espalhados por quatro continentes, com histórias díspares situadas em temporalidades distantes. Em nosso caso brasileiro, devemos recuar às primeiras décadas do século XIX para examinar o período pós-1822. Distantes mais de um século e meio de nós, estão as colônias africanas que conquistaram a independência somente na década de 70 do século XX; esta-

ria igualmente nessa conjuntura o Timor-Leste, que se separou de Portugal em 1975, não fosse a imediata invasão indonésia que adiou o sonho de país autônomo para 1999.

Assim, ao percebermos a comunidade lusófona como múltíplice, em que as distintas vozes são respeitadas – vozes variadas falando a língua portuguesa em que, ao mesmo tempo nos une e nos separa, admite que demarquemos as identidades, as pertenças e as fronteiras, mas, acima de tudo, que narremos, histórias próprias. Voltamo-nos neste artigo para a do Brasil.

As particularidades de nosso processo colonizador/descolonizador, implícitas nos sinais estruturais de nossa formação populacional, cultural, ideológica, só poderão ser relatadas se vinculadas a dois períodos decisivos: o primeiro, do colonialismo luso, de quase trezentos anos de isolamento e, o segundo, após a chegada da Família Real ao país, em que se inicia uma busca a princípio lenta, mas que se torna frenética no final do século XIX, para que o país se transformasse numa nação moderna e reconhecida internacionalmente. Dedicamo-nos ao segundo, que escolhemos chamar não exatamente de ‘pós-colonial brasileiro’, mas emprestar o termo ‘re-Europeização’, utilizado no livro *Sobrados e Mucambos* (2000) escrito pelo sociólogo Gilberto Freyre em 1936, que elucida a passagem do sistema patriarcal para a vida urbana num processo de modernização brasileira bastante particular. Acreditamos que a adoção do termo seja apropriada, pois trata da re-emergência do Brasil no círculo da influência europeia após o momento de insulamento do período colonial e que coincide com o surgimento de uma ordem neocolonialista europeia, dominada por britânicos, franceses, italianos, dentre outros.

A busca da compreensão da gênese da identidade nacional nesse período de re-Europeização revela o quão *sui generis* foi o Brasil pós-colonial. Não houve insurreições, movimentos sociais republicano-emancipacionistas de porte, com exceção da Inconfidência Mineira, em 1789, e, cerca de nove anos mais tarde, a Conjuração Bahiana. Rebeliões questionadoras do pacto colonial, revestidas de características republicanas aconteciam desde as últimas décadas do século XVIII em toda a América Latina – resultantes de ações políticas contraditórias que permeavam o conceito de autonomia política, de soberania nacional e de libertação.

O historiador Elias Tomé Saliba (2001: 290-297) bem define as dificuldades enfrentadas por pensadores, intelectuais, escritores, políticos brasileiros para definir a construção e concepção da identidade nacional após a mudança mais importante de regime pelo qual o país passou em busca de uma “comunidade política imaginada chamada “nação”. O desejo insaciável de europeização e modernização, restrito às populações que se urbanizavam, fazia um contraponto às primeiras manifestações em busca da identidade brasileira em raízes nativistas que aconteceram logo após a Independência do Brasil. Não houve repúdio aos ex-colonizadores, mas uma anuência da elite à influência dos centros difusores europeus, que alcançava o Brasil de segunda mão, justamente trazida pelos portugueses e luso-brasileiros e que não cessaria nem mesmo com o término do período imperial e a proclamação da República.

O ‘*desejo de ser brasileiro*’ defendido por escritores nas obras literárias Românticas revelava um anseio de criar uma literatura autêntica que exprimisse a sensibilidade nacional e valorizasse a nação em suas tradições – obras com conotação de ‘ato de brasilidade’. Aquele ‘*desejo de ser brasileiro*’ fora, no entanto, substituído, na *Belle Époque Tropical*, pelo ‘*desejo de ser estrangeiro*’.

O Brasil adentra o século XX com a mesma dúvida a respeito de sua identidade e, o sentido de ‘*ser uma nação*’ continuaria indeterminado na República – passado e futuro continuavam a se confundir. As dificuldades enfrentadas por todos aqueles que procuravam uma acepção para o que ‘*era, verdadeiramente, ser brasileiro*’ vinculavam-se à formação ideológica advinda do positivismo que os fazia oscilar entre a adoção de idéias mais deterministas, mas, ao mesmo tempo, os fazia refletir sobre as possíveis conseqüências delas decorrentes ao tentar construir uma nação desprovida de população e tipo definidos.

A partir da segunda metade do século XIX, a re-europeização do Brasil havia se tornado incontestável e a absorção dos fenômenos culturais, emanada dos países europeus, manifestava-se com mais nitidez. Para a elite brasileira, dizia-se que a Civilização – naquela época grafada com “C” maiúsculo – representava a França e a Inglaterra. Parecia existir apenas uma Civilização: “dominante e sobranceira, acima de todas as outras”, aquela a que os países periféricos deveriam se curvar, o Brasil, entre eles, pois se julgava que os brasileiros, nas palavras do antropólogo social Roberto DaMatta, “contrastavam, cada qual a seu modo, com o primitivismo e o atraso de nossa sociedade para eles perdida numa multidão de ignorâncias” (2005: 29). Os centros rituais europeus, os centros difusores da época, eram visitados pelos intelectuais que para lá peregrinavam em busca da modernidade – desde aprender maneiras à mesa, à arte erótica, da forma civilizada de pensar o mundo e fazer política ao bom gosto para se vestirem.

Desse modo, com a entrada do novo século abraçar-se-ia um conceito original de progresso no país, o de ‘Civilização’ – processo de mudança radical de reforma urbana, em que profundas mudanças arquitetônicas idealizadas pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos, são postas em prática com a finalidade primeira de fazer desaparecer o estilo de vida da colônia. A reforma, iniciada em 1904, ficou conhecida com o nome de “*Regeneração*”, e, nos meios populares como “*Bota-abaixo*”, devido ao grande número de demolições que pretendiam dar lugar a uma metrópole nova, moderna, européia. O próprio termo ‘regeneração’ – ato de reorganizar, reconstituir, emendar(-se) moralmente; corrigir(-se), reabilitar(-se) – já elucida o espírito que comandou tal movimento que cuidaria da ruptura com a sociedade imperial e do ‘apagamento’ da cidade velha. A expressão “*O Rio Civiliza-se*” tornara-se o *slogan* da mudança.

Para a elite carioca, abraçar a Civilização significava deixar para trás o que era visto como retrógrado, principalmente o passado colonial e as características culturais e raciais de seus habitantes, expressas principalmente pela cultura afro-brasileira. Nicolau Sevcenko (2003:43) resume em quatro princípios o transcurso daquela mudança:

- condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional;
- negação de todo e qualquer elemento de cultura popular;
- política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade;
- cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense;

Em breves palavras o historiador descreve o ambicionado novo modo de vida e de padrão de comportamento que sugeria um desejo veemente de transformação do espaço público, uma mudança da mentalidade do carioca em busca de uma atitude erudita/moderna de se expressar, “A imagem do progresso – versão prática do conceito de Civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia” (p.41). Ficava patente a ânsia do enriquecimento a qualquer preço e a valoração de bens materiais, o que explica a recusa dos antigos hábitos e costumes tradicionais coloniais.

Houve diferentes formas de exprimir os processos de desestabilização e reajustamento social junto das tentativas de organização política após 1889 no Brasil e, uma delas, sem dúvida, foi expressa pela linguagem escrita. Em meio às inúmeras manifestações culturais, a crônica social das duas primeiras décadas do século XX exerceu um papel fundamental no registro das grandes mudanças vividas na capital da república. Os cronistas capturavam o grande momento da transformação social do país, recriavam as novidades e mostravam-nas à elite muito proximamente do jeito que desejavam vê-las.

Na tentativa de desvendar a gênese da identidade nacional e o sentido de ‘descolonização tardia’ no Brasil elegemos as crônicas de João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881 -1921), que adota o nome da urbe junto ao de batismo, como para demonstrar o seu “elo de pertença com a cidade natal” (Schapochnik, 2004:14). Assim, o João passa a ser conhecido como João do Rio, do Rio de Janeiro. Um quase ficcionista do cotidiano, repórter e cronista ao mesmo tempo, revela-se em seus escritos um etnógrafo-moderno, ao investigar a cidade e expor a cartografia urbana.

Após várias tentativas de análise de como era percebido o significado de ser brasileiro e patriota, João do Rio concluía que seria mais verdadeiro expressar a realidade pela negativa, ou seja, como *‘não ser brasileiro, nem patriota’* naquela sociedade elitista – alardeava que os brasileiros preferiam exibir uma *‘forma de impatriotismo involuntário’*.

Verificamos em suas crônicas coincidência de temas e uso de nomenclatura conhecidos no campo de Estudos Culturais. Questões como patriotismo, identidade nacional, a fantasia da Civilização, o reclamo do moderno, a fúria imitativa do padrão europeu, a cópia, apresentam-se de modo recorrente, e parecem demonstrar que não houve propriamente uma fase pós-colonialista no Brasil, com todas as negativas que pode ocasionar, não houve rejeição ao ex-colonizador – brasileiros, luso-brasileiros e portugueses viviam uma convivência pacífica, em que partilhavam língua e cultura. O que houve, verdadeiramente, foi uma quase ausência de interesse na formação de uma identidade nacional, o *‘desejo de ser estrangeiro’* era manifestado pela elite carioca na sofreguidão de alcançar o cosmopolitismo, acom-

panhado por uma atitude de repúdio ao passado escravocrata que ameaçava a pretensão à Civilização.

Ao interpretar a idéia de Civilização, João do Rio antevê a conceituação de homogeneização cultural em que a impressão de semelhança está no ar para todos que observam os ambientes cosmopolitas modernos (Hall: 1999). Na crônica *O Velho Mercado*, publicada em 1909, seu desprezo dirige-se à uniformidade que, segundo ele, não permitiria mais encontrar traços distintos entre os centros urbanos, ressalta o clima de desolação percebido após uma mudança radical de paisagem ocorrida em uma praça muito popular como havia sido a Praça do Mercado, no centro do Rio de Janeiro. Manifesta, ao mesmo tempo, a preocupante solidão que sugere o abandono do antigo e a inquietante esperança que produz o novo que, em sua visão, mistura-se tudo à saudade. Pergunta então, “Que nos resta mais do velho Rio antigo, tão curioso e tão característico? – Uma cidade moderna é como todas as cidades modernas” (2009:153). A astúcia de seu olhar permite que continue a crônica fazendo uma observação em dois planos, o do ambiente e o dos indivíduos que o freqüentam,

O progresso, a higiene, o confortável nivelam almas, gostos, costumes, a civilização é a igualdade [...] as damas ocidentais usam os mesmos chapéus, os mesmos tecidos, o mesmo andar, assim como dois homens bem vestidos hão de fatalmente ter o mesmo feitio da gola do casaco e do chapéu (id.).

Usa de certa nostalgia, desapontamento, raiva, ao registrar na memória as duas condições – a cidade antiga, que preservava a história e, a nova, que se desfazia de suas tradições, tomando emprestada a tradição de outras cidades – as européias,

O Rio, cidade nova – a única talvez no mundo – cheia de tradições, foi-se delas despojando com indiferença. De súbito, da noite para o dia, compreendeu que era preciso ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris, e ruíram casas e estalaram igrejas, e desapareceram ruas e até ao mar se pôs barreiras. Desse escombros surgiu a urbs conforme a civilização, como ao carioca bem carioca, surgia da cabeça aos pés o reflexo cinematográfico do homem das outras cidades. Foi como nas mágicas, quando há mutação para a apoteose. Vamos tomar café? Oh! filho, não é civilizado! Vamos antes ao chá! E tal qual o homem, a cidade desdobrou avenidas, adaptou nomes estrangeiros, comeu à francesa, viveu à francesa (p.154).

Em vários de seus textos observamos a aversão pelo comportamento plagiador dos brasileiros, em que insiste na questão do novo versus antigo, no binarismo tradição/modernidade. Ao imaginar um diálogo entre um jovem e um homem de quarenta anos, na véspera do Natal, denuncia a falta de identidade nacional, percebida, também, no uso de galicismos. Convenientemente nomeia a crônica de *Tradições* escrita em 1916 (in Peixoto: 2001:25).

O jovem: – Vou daqui ao florista. Tenho que mandar flores a diversas senhoras. Depois vou a uma “*confiserie*”. “*Bonbons*”, meu caro, para diferentes damas. Depois, o almoço grande com alguns rapazes em uma certa casa. Passeios à tarde. Casaca. Um jantar com os condes de Portanogra. Em seguida a corrida aos *reveillons*. Tenho de comemorar o nascimento de Jesus com *champanhe* em vários lugares ao mesmo tempo, a começar pelo Assírio, onde estará a *haute-gomme*, até os *cabarets*... Já mandei guardar uma das mesas de *corbeille* no Assírio.

O homem de quarenta anos: – “Mas, criatura, estás apenas copiando Paris, está repetindo Paris na Avenida. É uma lamentável macaqueação, um fingimento.

Sua indignação era sentida, do mesmo modo, por grande parcela da população carioca que se considerava alijada do processo de cosmopolitização. A ideia de Hall (2003), de que a tradição local é progressivamente comprometida, quando esclarece que, apesar das culturas tradicionais colonizadas permanecerem distintas, acabam por se tornar aspirantes da modernidade, coincide com o fechamento que João do Rio sugere à sua tese, “As tradições desaparecem dos nossos costumes miseravelmente!” (p.27).

Destacamos em outra crônica, publicada também em 1916, cujo título *Imitação* (in Peixoto: 2001: 113-115) já é premonitório do que ele entende por traslado. Declara que “O Brasil é um país intensivo no acompanhamento”, pois é, reconhecidamente, “o país da imitação”,

O Brasil é um país intensivo no acompanhamento...

- Porquê?

- Porque é o país da imitação.

- Não exageres.

- Não há terra igual. Podes tomar as adaptações que são a origem da Moda transitória nas capitais civilizadas, podes pegar dos negros do interior da África, que imitam os brancos das expedições. Diante do brasileiro, ficam todos longe. Neste país não há nada original. E quando há, imediatamente deixa de ser, pela fúria da imitação (p. 113).

João do Rio era o *flâneur* que circulava pela capital do país entre dois ambientes dessemelhantes, entre os ‘*encantadores*’, como ele denominava a elite carioca, e a ‘*canalha*’, os excluídos. Em “*O figurino*” (in Gomes: 2005: 169-174), de 1911, o cronista admitiria suas dúvidas quanto à autenticidade de seu próprio comportamento, reconhecia-se, também ele vítima da imitação. Ao se dar conta de seu dandismo importado, ele confessa: “parei um tanto assustado com o que se passava em mim”. Apercebera-se, naquele momento, o quanto ele se parecia, em atitudes, gestos e gostos a qualquer pessoa em evidência numa grande metrópole, como se pertencessem todos a uma “espécie de cooperativa de atitudes alheias” revelava ele. Considera-

ria, mais uma vez, o tema da imitação, desta vez, porém, tomando ele próprio como objeto de observação,

Segurando a bengala com o cartão para baixo, o *tub* no alto da cabeça, a luva, o gesto exatamente como qualquer outra pessoa em evidência desde o rei da Inglaterra ao menino *Brulé* do *Athnée*, eu caminhava como o gordalhudo príncipe Orloff, crispava o beijo num sorriso de desprezo americano, e ia por ali, como toda gente *chic*, espécie de cooperativa de atitudes alheias, atacado da grande e fundamental doença: a fúria imitativa, a macaquite universal (p.170).

Ao se reconhecer *snob* naquele ambiente que define “*de artificialismo*”, teve mais um arroubo de consciência sobre a condição de semelhança que aquela sociedade moderna já perseguia – a homogeneidade,

Tudo no mundo é cada vez mais figurino. O figurino é a obsessão contemporânea. [...] O figurino é obsessão como ponto de comparação moral, que ataca os indivíduos, as classes, as populações. [...] Assim o figurino existe em tudo – em arte, em política, em *sport*, em religião, nos usos e costumes, como nas *toilettes*. [...] Os figurinos de correntes gerais são adotados, sem que a massa se aperceba (p.171).

Ele julgava o ser humano como fundamentalmente fútil, a impressão do exterior é o que importava, por esse fato, poderiam então ser justificada a cópia dos gestos, das atitudes, das falas e das roupas – comportamento recorrente no meio em que a elite carioca circulava. Segundo sua apreciação, os cariocas aparentavam pertencer a uma sociedade indefinida, sem personalidade. O sentido do termo *macaqueação*, relacionado à classe dominante, é assim apresentado,

É a imitação consecutiva e permanente, a macaquite desesperada mas como que regularizada no próprio desespero, que faz a moda, a transformação uniforme das populações no uso dos chapéus, no corte dos vestidos, é a mesma imitação que faz nos quartéis a mudança de fardamento, cria opiniões e tendências, põe em foco certos tipos, inventa certas maneiras de estar e pensar, é a mesma lei que rege o *snobismo* e guia de fato a terra – é a lei do figurinismo (p.171).

Em 1908, João do Rio, publica *Quando o Brasileiro Descobrirá o Brasil?* (2009:194-200) no auge do “*Rio Civiliza-se*”. Num ambiente em que se tentava iniciar um movimento para um autoconhecimento nacional, o cronista expõe o pensamento intelectual limitado dos ‘*encantadores*’. Ele os apresenta como conhecedores da história, da política, da cultura e dos costumes, não só dos parisienses e dos londrinos, mas também dos habitantes de países como a Dinamarca, a Suécia, o Egito, a Sibéria, o Turquestão, no entanto, desconhecem, que o estado de Minas Gerais não é banhado pelo Oceano Atlântico – “Mas, então, Minas não tem porto de mar?” per-

gunta uma elegante senhora abrindo a crônica. As observações mordazes com que João do Rio recheia os diálogos dessa crônica, fazem com que percebamos as críticas ferinas que fazia à minoria dominante pela falta de cultura e de consciência nacional,

— Mas então, Minas não tem um porto de mar?

— Infelizmente, minha senhora. Apesar do Brasil ter as costas largas, Minas é um dos quatro Estados centrais, sem porto de mar.

— Quatro, só?

— Infelizmente, quatro, só. Apesar do Brasil ter muitos Estados, os outros não aderiram ao movimento de horror ao oceano (p.194)

Em meio ao que ele, ironicamente, chama de “interessante e erudita palestra”, em que as conversas se desenrolam num ambiente freqüentado por homens e mulheres bem vestidos, comendo “*sandwich* de caviar, eu que não gosto de caviar” (p.195). João do Rio acusa a elite carioca de ser ignorante das coisas do Brasil e, extremamente, interessada nas ‘estrangeirices’,

Esta interessante e erudita palestra era num salão perfeitamente intelectual. Havia damas deliciosamente vestidas e cavalheiros superiormente instalados na vida. Os que em torno da mesa do chá, preparado à russa, com limão, ouviram as minhas revelações, tinham o ar impertinente e fatigado com que se permite a um toleirão mostrar as suas habilidades, e a própria dama que perguntava, fazia-o apenas por um desfastio civilizado. Que se importava ela com os Estados do Brasil, e que Minas fosse um Estado central? (p.193)

Ele continua ponderando sobre Geografia, disciplina que não despertava muito interesse no público em geral. A esse respeito, faz questão de comparar-nos aos franceses que, assim como o estereótipo que temos, hoje, dos americanos, eram bem conhecidos “por não saber geografia, pode teimar em julgar o Rio de Janeiro capital de Buenos Aires e o Brasil um dos mais ricos departamentos do Chile” (p.196). A comparação torna-se ainda mais contundente quando ele ressalta, “Mas não há francês que ignore o seu país, a sua divisão política, a sua produção e a sua história” (id.).

Notamos, então, que a ideia de que os brasileiros estavam apenas preocupados com ‘os outros’, com o figurino do ‘lá fora’ e com a mimetização em vários níveis, segundo a crítica de João do Rio, esquecíamos-nos de imitar franceses e ingleses no modo como amavam e respeitavam os países em que nasceram. Conforme indica o parágrafo abaixo, tudo o que era nacional, inclusive a geografia, era tido como de mau gosto,

No Brasil dá-se absolutamente o contrário. Os filhos de gente rica vão estudar na Europa. Vêm de lá, falando várias línguas e tendo isto aqui, não como pátria, mas

como a cidade, onde é preciso ganhar um pouco mais, ou melhor — como o lugar onde mora a família. Os remediados, cuja ambição em toda a parte é imitar os ricos, seguem o curso geral, e os pobres, como que marcados mentalmente por essa bizarra sensação de inferioridade, não têm outra opinião (ib.).

A falta de cultura do brasileiro, seja dos remediados ou das elites, era abominada por João do Rio que, em seus momentos de fervor patriótico, não perdoava nem pobres, nem ricos, ainda que, para expressar sua própria ira, só o fizesse, contraditoriamente, com expressões em francês. Ele agride, de maneira cáustica, o ‘rastaqüerismo cerebral’ dos brasileiros que, entre a elegância e o modernismo da Avenida Beira-Mar e da Avenida Central, confundem as “*newyorkenses*” dos prédios, as “*boulevardieres* nas *terrasses* dos cafés” – um contra-senso,

Porque, brasileiros, esses cavalheiros acham inteiramente inútil conhecer o Brasil. Um livro sobre a geologia da França é para cada um deles muito mais interessante que a descrição do esplendor no qual vivemos sem o conhecer, e há mais gente conhecendo, por exemplo, o sistema de irrigação de Calcutá do que o lugar de onde nos vem a água bebida no Rio, que, como a Avenida Beira-Mar, é também a primeira do mundo. Em tais condições, para que o brasileiro atacado de rastaqüerismo cerebral, em plena Avenida Central, imaginando *gratte-elels newyorkenses* nos prédios de cinco andares e as elegâncias *boulevardieres* nas *terrasses* dos cafés — descobrisse o Brasil, não havia propaganda nem embaixada de ouro. (p.198)

Observamos na seleção dos textos do cronista-repórter que ele evidencia o momento e manifesta o clima de enaltecimento do cosmopolitismo, identificado com a vida e os padrões europeus e valores burgueses. Aqueles que faziam parte das elites pareciam não esconder que aspiravam ser ‘*menos brasileiros*’, enterrar o passado colonial e escravocrata e esconder a vergonha do Brasil de ser pobre e negro. Assim procedendo, estavam pondo em prática o que Sevcenko (2003: 315) chama de ‘*estratégias de esquecimento*’. O episódio da queima dos arquivos sobre a escravidão, encabeçado por Rui Barbosa, ministro da Economia e das Finanças do Governo Provisório, considerado um dos patronos e executores do plano de modernização, deixava claro a intenção de ocultar a tradição colonial e imperial do país.

A Primeira Guerra Mundial daria início a um longo ciclo de crises dos sistemas econômicos vigentes no século XIX, em que a legitimidade dos bens privados e a irrestrita liberdade de comércio e indústria eram reinantes e confirmavam o principal objetivo de adquirir lucro. Ainda que a situação não estivesse sendo apreendida pela maioria das pessoas, no plano da arte, a forte crítica ao Impressionismo correspondia à crise do capitalismo. A nova arte pós-impressionista – cubismo, construtivismo, futurismo, expressionismo, dadaísmo, surrealismo – representou a mais radical das transformações artísticas, pois significou uma ruptura com as características mais marcantes da tradição renascentista.

No Brasil, as novas e variadas influências artísticas começavam a ser absorvidas por poetas, escultores, pintores, concomitantemente às influências políticas que levaram os intelectuais brasileiros a criticar as concepções racistas e a versão brasileira do liberalismo. Em 1921, ano da morte do cronista João do Rio, já estavam em curso as primeiras manifestações em busca da identidade brasileira em raízes nativistas, impetradas por pensadores, intelectuais, escritores e políticos.

Em 1922, o Teatro Municipal de São Paulo seria o palco da Semana de Arte Moderna, que daria início à primeira fase do Movimento Modernista – inspirado em temas extremamente flexíveis da estética europeia de vanguarda, rompia com os padrões tradicionais e oferecia uma resposta formal aos desafios da identidade nacional.

O movimento de rebeldia cultural havia, como consequência, servido para aprofundar a diferença entre as gerações pré e pós-república – períodos de descolonização/re-europeização/democratização – pois levantava questões sobre o sistema de valores que havia norteado a criação do novo regime, assim como reforçava a procura de uma identidade brasileira. O Movimento Modernista, lembra Sevcenko (2003: 317), também ajustava contas com o passado de São Paulo, no que se referia às ‘estratégias de esquecimento’. A cidade havia praticado uma reforma urbana tão ou mais intensa que a do Rio de Janeiro, fazendo com que não restasse nenhum resíduo dos tempos coloniais. “Os modernistas projetariam todo seu entusiasmo na celebração de um passado mítico, pré-histórico, o qual transformariam na sua plataforma estética (*‘pau-brasil’*, *‘antropofagia’*, *‘Pindorama’*, *‘matriarcado primitivo’*, etc.)”.

Os intelectuais que aderiram ao movimento delineavam um futuro idealizado a partir de uma estetização da cultura brasileira pura, que pressupunham, pudesse existir quando do encontro do passado com o futuro feito de maneira harmônica e na plenitude social, sem conflitos ou exclusões. Tentavam recuperar as origens, valorizar a cultura popular em busca de uma nova construção identitária brasileira sem exceções ou incoerências. Recriminavam a cópia, a imitação de figurinos europeus; almejavam a autenticidade, no que eram igualmente criticados pelo contato constante que tinham com os centros difusores, tal qual acontecera com João do Rio. A tensão entre o fetichismo pelos modelos estrangeiros e a procura de uma identidade nacional persistiria nas décadas seguintes.

Bibliografia

- Ashcroft, B., Griffiths, G., Tiffin (org.) (1995). *The post-colonial studies reader*. London and New York: Routledge. 2nd edition.
- Ashcroft, B. (1995). *Constitutive Graphonomy* [1989] in Ashcroft, B., Griffiths, G., Tiffin (org.). *The post-colonial studies reader*. London and New York: Routledge. 2nd edition.
- Freyre, G. (2000) *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 12^a edição.
- DaMatta, R. (2005). *Tocquevilleanas – notícias da América: crônicas e observações sobre os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Rocco.

- Gomes, R. C. (2005). *João do Rio por Renato Cordeiro Gomes*. Coleção Nossos Clássicos. Rio de Janeiro.
- Hall, S. (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: D.P. & A Editora. 8ª.ed.
- Hall, S. (2003). *Da Diáspora, Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hanna, V.L.H. & Brito, R.H.P. (2010) 'Sobre identidade em contexto lusófono: reflexões' in Bastos N. B. (org.) *Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional*, São Paulo: EDUC.
- Martins, M. L. (2006) *Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. In Bastos, N. M. B. *Língua Portuguesa, Reflexões Lusófonas*. São Paulo: Editora PUCSP. pp. 49-62.
- Peixoto, N. A. (2001). *Crônicas Efêmeras. João do Rio na Revista da Semana*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Rio, João do. (2009). *Cinematógrafo: crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: ABL. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 87) Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=11457&sid=72>
- Rio, João do. (2009). *O velho mercado*, in *Cinematógrafo: crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: ABL. (Coleção Afrânio Peixoto; pp. 153-158. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=11457&sid=729>
- Rio, João do. (2001) *Tradições*. In Peixoto, N. A. *Crônicas Efêmeras. João do Rio na Revista da Semana*. São Paulo: Ateliê Editorial. pp.25-27.
- Rio, João do. (2001). *Imitação*. In Peixoto, N. A. *Crônicas Efêmeras. João do Rio na Revista da Semana*. São Paulo: Ateliê Editorial. pp.113-115.
- Rio, João do. (2005). *O Figurino*. In Gomes, R. C. *João do Rio por Renato Cordeiro Gomes*. Coleção Nossos Clássicos. Rio de Janeiro. pp.169-174.
- Rio, João do. (2009). *Quando o Brasileiro Descobrirá o Brasil?* in *Cinematógrafo: crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: ABL. (Coleção Afrânio Peixoto; pp.194-200. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=11457&sid=729>.
- Saliba, E. T. (2001). *A dimensão cômica da vida privada na República*. In: Sevcenko, N. (org. vol.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. Vol.3, Capítulo 4, pp. 289-366.
- Schapochnik, N. (2004). *João do Rio, um dândi na Cafelândia*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Sevcenko, N. (2003) *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras. 2a. edição.
- Sevcenko, N. (Org.vol. 3) (2001). *História da Vida Privada no Brasil. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 513-619.